
Os organismos internacionais e o livro didático no Brasil: anticomunismo e naturalização da ordem social vigente

International organizations and textbooks in Brazil: anti- communism and naturalization of the current social order

Valci Melo

Doutor em Educação pela
Universidade Federal de
Alagoas.

E-mail:

valcimelo@hotmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a influência dos organismos internacionais na política nacional do livro didático no Brasil desde a segunda metade do século XX. Para tal, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental à luz do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. Ao longo do texto, mostramos que tanto no início da segunda metade do século XX, como no contexto pós-anos 1980, o pano de fundo ideológico de tal interferência é a busca de legitimação do sistema capitalista como uma experiência societária que, apesar de suas limitações, seria a única alternativa possível. Por fim, concluímos que em ambos os cenários a política do livro didático aparece como uma ferramenta estratégica na interdição ideológica do comunismo como projeto societário.

Palavras-chaves: Livro didático. Organismos internacionais. Capitalismo. Comunismo.

Abstract

The article aims to analyze the influence of international organizations on the national textbook policy in Brazil since the second half of the 20th century. To this end, we conducted a bibliographic and documentary research in the light of the theoretical-methodological framework of historical-dialectical materialism. Throughout the text, we show that both in the beginning of the second half of the twentieth century, and in the post-1980s context, the ideological background of such interference is the search for legitimation of the capitalist system as a societal experience that, despite its limitations, would be the only possible alternative. Finally, we conclude that in both scenarios the textbook policy appears as a strategic tool in the ideological interdiction of communism as a societal project.

Keywords: Textbook. International bodies. Capitalism. Communism.

Introdução

Quando se discute a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras, é comum a rápida associação entre o final da década de 1980 e os anos 1990, em especial, após a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março do referido ano. Isso, talvez, seja explicável pelo fato de ser nesse período que se dá, de modo mais intenso e explícito, a atuação de instituições como o Banco Mundial¹ e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no financiamento e/ou na definição de diretrizes para a Educação Básica brasileira, como demonstram estudos como os de Leher (1999), Fonseca (2000) e Altmann (2002).

Essas instituições integram o Sistema das Nações Unidas² e têm atuação de destaque, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, na propagação do anticomunismo e no alinhamento das políticas públicas educacionais dos países em desenvolvimento às exigências do bloco capitalista, em tempos de reestruturação produtiva, financeirização e internacionalização do capital, desregulamentação das leis trabalhistas e ajuste fiscal na perspectiva do Estado mínimo.

Embora o foco de nossa análise aqui seja o papel dessas instituições nas políticas de educação do Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX, não poderíamos deixar de registrar, mesmo que a título de ilustração, a influência de organismos internacionais bem antes desse período, quando da edição do Decreto-lei 1.006/38, o qual “estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático” (BRASIL, 1938), tornando essa política de âmbito nacional³. Já naquela época, é possível afirmar que a ação política do Estado brasileiro acerca das questões educacionais se dava em consonância com

¹ O Grupo do Banco Mundial é constituído por cinco organizações: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird); Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA); Corporação Financeira Internacional (CFI); Agência Multilateral para Garantir o Investimento (Miga) e Centro Internacional para Solucionar as Disputas de Investimento (ICSID).

² A Organização das Nações Unidas (ONU) é constituída por órgãos (assembleia geral, conselhos, secretariado...), programas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD...), fundos (Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef...), comissões (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal...), departamentos (Departamento de Assuntos Políticos – DPA...) e agências especializadas (Unesco...). O Grupo do Banco Mundial é uma das quinze agências especializadas que, embora tenham status de organizações independentes, trabalham junto com a ONU e integram o Sistema das Nações Unidas. Ver o organograma disponível em: <https://nacoesunidas.org/organismos/organograma/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

³ Antes desse decreto-lei, cada estado da federação era responsável pela política do livro didático.

movimentos e pressões de organismos internacionais, como o Bureau Internacional de Educação (BIE⁴) que, entre 1932 e 1939, organizou e coordenou as Conferências Internacionais de Instrução Pública, cujos objetivos principais, segundo Pasquale (1965a p. IX), “consistem na apresentação de relatórios sobre o movimento educativo do ano anterior e na discussão e votação de Recomendações aos Ministérios de Educação”.

Embora não tenha sido possível identificar se o Brasil participava diretamente das Conferências do Bureau, há evidências de que as recomendações originadas desse organismo impactaram nas políticas educacionais da época, sobretudo, no que diz respeito ao livro didático. Estamos compreendendo livro didático aqui como um recurso pedagógico oficial destinado a auxiliar o trabalho docente e discente em uma determinada fase do processo de escolarização. Seu caráter oficial consiste na necessidade de prévia autorização para que possa ser utilizado. Já a sua dimensão didático-pedagógica justifica-se por tratar-se de um instrumento que, conforme observa Macaira (2020, p. 210), é “[...] formulado visando à compreensão de um determinado objeto do conhecimento humano consolidado como disciplina escolar”.

Conforme Ferreira (2008), no arquivo pessoal do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, constam referências diretas à influência inspiradora de documentos estrangeiros na construção da proposta de criação da política nacional do livro didático no Brasil, inclusive, do inquérito do BIE sobre os manuais escolares⁵. Curiosamente, também data de 1938, a Recomendação n. 15 do BIE, acerca da “Elaboração, Emprego e Seleção de Manuais de Ensino” (INEP, 1965).

⁴ A partir de 1945, com a criação da Unesco, o Bureau passou a dividir com ela a organização da Conferência Mundial de Educação. Em 1969, o BIE foi incorporado à estrutura da Unesco e em 1999 tornou-se um instituto da referida Organização especializado em questões curriculares. Miores informações, consultar o site do BIE, disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/en/who-we-are/history>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁵ Há autores, a exemplo de Paniago (2013), que defendem uma distinção entre livro didático e manual escolar, argumentando que um livro didático só assume o caráter de manual quando é usado como o principal ou o único recurso pedagógico. Aqui, no entanto, optamos por manter o uso sinônimo predominante na literatura especializada sobre o assunto, tendo em vista que a distinção referida desconsidera diversos outros aspectos característicos do material didático como gênero textual.

Nas décadas seguintes, com a criação dos organismos do Sistema ONU, a influência internacional no delineamento das políticas públicas educacionais do Brasil, em especial, no que se refere à política pública do livro didático, se dá de modo bem mais intenso e direto. Conforme observa Filgueiras (2011, p. 83):

[...] entre 1945, com o fim do Estado Novo, e meados dos anos 1960, durante a Ditadura Militar, o Ministério da Educação ampliou o diálogo, principalmente por meio do Inep, com Ministérios e instituições relacionadas à educação de outros países, com destaque para as parcerias com os Estados Unidos da América e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Neste artigo, portanto, analisamos o papel dessas organizações no delineamento político dos livros didáticos no Brasil, seja pela propagação explícita do anticomunismo, predominante no início da segunda metade do século XX, seja por seu disfarce através da tentativa de naturalização da ordem social vigente, reinante desde o final dos anos 1980. O anticomunismo consiste em uma atitude de demonização do comunismo e do socialismo, desconsiderando tratar-se de um projeto de sociedade com o qual se pode ou não concordar, em torno de ou contra o qual se luta, mas que tem o legítimo direito de existir e com o qual é preciso conviver respeitosamente. Já a naturalização da ordem social vigente caracteriza-se pela defesa do sistema capitalista como o único projeto possível de sociedade.

1 A ideologia⁶ do desenvolvimentismo contra o suposto perigo comunista

Em 1952, o educador Anísio Teixeira assumiu a direção do então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP⁷), criando imediatamente a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), órgão responsável pela avaliação

⁶ Estamos utilizando este conceito aqui não no sentido comumente empregado: como sinônimo de falsidade, erro ou engano. Na esteira de Lukács (2013, p. 465), compreendemos que “[...] A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”. Isto é, como forma de consciência, a ideologia tem como função social fazer com que os indivíduos assumam determinadas posições nos amplos conflitos da vida social, independentemente se essas posições são fundamentadas em percepções verdadeiras ou equivocadas da realidade.

⁷ Desde o início dos anos 2000, através da Lei n. 10.269, de 29 de agosto de 2001, o órgão passou a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mantendo, contudo, a sigla anterior.

científico-pedagógica das obras didáticas destinadas ao ensino secundário e pela produção de guias didáticos voltados aos professores do referido ramo de ensino.

Apesar de ter uma função diferente daquela atribuída à Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), órgão também vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC⁸) e responsável pela autorização das obras didáticas a serem adotadas pelos sistemas de ensino, a Caldeme assumiu o protagonismo dos debates e das diretrizes acerca da política nacional do livro didático na década de 1950, ficando a CNLD praticamente restrita ao trabalho de controle ideológico imediato⁹ dos livros a serem utilizados nas escolas. Como destaca Filgueiras (2011, p. 142): “a função da CNLD era apenas a de assegurar que os livros didáticos seguissem os programas oficiais”.

Um dado importante a esse respeito é que, antes de assumir o Inep, em 1952, Anísio Teixeira atuou como conselheiro de educação superior da recém-criada Unesco, entre 1946 e 1948 (INEP, 2001, p. 208). Esse vínculo do futuro diretor do mais importante órgão de planejamento e pesquisas educacionais do país com a maior instituição internacional de educação favoreceu o estreitamento do diálogo e o trabalho conjunto entre o Inep e a Organização nos anos seguintes.

Dois exemplos podem ser dados a esse respeito. O primeiro se refere às recomendações da Unesco para que os países-membros procedessem à revisão/avaliação dos manuais escolares, em especial, os livros de História e de Geografia, a fim de colocá-los a serviço de uma visão favorável aos organismos internacionais criados a partir de 1918, como é destacado no próprio documento.

De acordo com essa resolução, foi solicitado aos estados-membros que analisassem seus livros didáticos e apontassem em que medida e sob qual maneira tratam das instituições de cooperação internacional, de 1918 até o presente momento. Que lugar os livros e materiais didáticos dedicam às principais instituições de cooperação internacional que existiam em 1918 ou que foram criadas depois, principalmente a Organização das Nações Unidas e as instituições especializadas associadas a ela? Qual é a qualidade dos textos a elas destinados? Quais são os julgamentos emitidos sobre elas? Estão concebidos esses textos de modo que contribuam para o

⁸ Até 15 de março de 1985, ocasião em que foi criado o Ministério da Cultura, mediante o Decreto n. 91.144 daquele ano, a sigla MEC designava Ministério da Educação e Cultura.

⁹ É importante destacar que dos dezesseis critérios utilizados para a não autorização de livros didáticos, nove deles prezavam pelo nacionalismo/patriotismo, a harmonia entre as classes, a religiosidade, a “moral” e os “bons” costumes. Após essas exigências é que a legislação destacava como critérios também passíveis de eliminação das obras as questões técnico-científicas e pedagógicas. Ver: Brasil (1937; 1945).

desenvolvimento da compreensão internacional? (UNESCO, 1951, p. 83, tradução nossa)¹⁰.

Essa discussão acerca da revisão dos livros didáticos de História e Geografia, tendo em vista a necessidade de tolerância e cooperação internacional entre as nações, se arrastava desde o final da Primeira Guerra Mundial. O Brasil, por exemplo, tinha assinado, em 1933, um acordo nesse sentido com a Argentina e com o México (FILGUEIRAS, 2011, p. 20, nota n. 18) e, inclusive, inserido no artigo 20, alínea g, do Decreto-lei n. 1.006/38, como um dos motivos para a não autorização de livros didáticos com incitação ao ódio “contra as raças e as nações estrangeiras” (BRASIL, 1938). No entanto, é por meio da pressão da Unesco junto aos países-membros que a recomendação ganhará contornos mais incisivos e claramente voltado à legitimação do sistema capitalista contra um inimigo real: a experiência socialista da União Soviética.

O curioso é que, no caso do Brasil, apesar de a Unesco sugerir que os países que já dispunham de uma comissão nacional voltada ao livro didático, caberia a ela a responsabilidade pelo trabalho de revisão dos manuais (UNESCO, 1951), preferiu-se ignorar a existência da CNLD¹¹ e se criar um órgão paralelo: a Caldeme. Como observa Filgueiras (2011, p. 83):

[...] é dentro desse contexto, sobre a necessidade de renovação dos métodos de ensino e atualização dos livros didáticos, que Anísio Teixeira, então diretor do Inep, criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), visando analisar os livros didáticos que estavam em circulação no país e propor a elaboração de novos guias e manuais de ensino para os professores.

O outro exemplo foi o papel da Unesco na criação e no funcionamento do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão vinculado ao Inep, criado em 1956 e que, a partir de então, incorporou a Caldeme às suas atividades. Conforme Cunha (2002, p. 133-134):

¹⁰ De conformidad con esa resolución, se pidió a los Estados miembros que examinaran sus libros escolares y determinasen en qué medida y de qué manera se ocupan de las instituciones de cooperación internacional desde 1918 hasta nuestros días. ¿Qué lugar conceden los manuales y los medios auxiliares de enseñanza a las principales instituciones de cooperación internacional que existían en 1918 o que fueron fundadas después, principalmente a la Organización de las Naciones Unidas y a las instituciones especializadas que dependen de ella? ¿Cuál es la calidad de los textos a ellas consagrados? ¿Cuáles son los juicios que sobre ellas se emiten? ¿Están concebidos esos textos de modo que contribuyan al desarrollo de la comprensión internacional?

¹¹ Sobre a secundarização da CNLD na política do livro didático a partir do fim do Estado Novo, ver: Filgueiras (2011, p.79; 84-89).

[...] desde a posse de Anísio Teixeira à frente do INEP já se destacava a presença da UNESCO. Otto Klineberg, Charles Wagley e Jacques Lambert foram os técnicos da Unesco que tiveram influência na definição dos objetivos do CBPE e, juntamente com Andrew Pearse, Bertram Mutchinson e Robert James Havighurst, estiveram presentes nos primeiros anos de funcionamento desse Centro; aliás, a própria instituição do referido órgão resultou de um plano de cooperação entre o Inep e a Unesco, onde se previa, inclusive, a indicação de um membro da Direção de Programas do CBPE pelo organismo internacional.

Além dessa “parceria” com a Unesco, o órgão comandado por Anísio Teixeira também manteve um diálogo estreito com editoras (nacionais e estrangeiras) e departamentos de ensino de outros países. De acordo com Filgueiras (2011), o intuito era, além de estruturar uma ampla biblioteca pedagógica, fazer um estudo comparativo entre os manuais do Brasil e os livros escolares de países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos – sendo esses dois últimos países também fornecedores de programas de ensino. Em ambos os casos, o objetivo final era o aperfeiçoamento do material didático e dos programas de ensino praticados no Brasil.

Desse modo, seja por meio da compra de livros para a estruturação de sua biblioteca pedagógica, da solicitação de programas de ensino de países estrangeiros, da tradução e publicação de obras científicas e didáticas ou da avaliação e publicação de guias de ensino para os professores, a Caldeme protagonizou as iniciativas acerca do livro didático no Brasil entre a sua criação, em 1952, e o início da Ditadura Militar, em 1964. Como observa Filgueiras (2011, p. 142), ao tratar sobre as análises dos livros didáticos de História e Geografia feitas, respectivamente, pelos professores Guy de Hollanda e Jaime B. da Fonseca, sob encomenda do Inep/CBPE/Caldeme¹²:

Os estudos elaborados por esses professores e publicados em forma de livros, produzidos pela Caldeme e distribuídos gratuitamente pelo CBPE para as bibliotecas dos cursos de formação de professores, foram produzidos para serem guias, para divulgar ideias, com a função de orientar futuros professores, autores e editores na escolha e elaboração dos manuais escolares, baseados em nova concepção da educação.

Essa “nova concepção de educação”, por sua vez, estava intimamente ligada ao contexto internacional da Guerra Fria, no interior da qual, os Estados Unidos da

¹² Segundo Filgueiras (2011), apesar de ter encomendado estudos sobre as várias disciplinas, a Caldeme publicou apenas os resultados acerca das duas matérias escolares priorizadas pela recomendação da Unesco (História e Geografia), dado que revela a influência dessa Organização na política do livro didático dos anos de 1950 no Brasil.

América, por um lado, e a União Soviética, por outro, disputavam potenciais zonas de influência para os seus projetos societários. No interior desse processo, observa Cunha (2002), o Brasil estava ao lado do bloco capitalista, liderado pelo governo estadunidense, e se integrava totalmente aos projetos de luta contra o suposto perigo comunista aos países latino-americanos.

Duas medidas intercaladas e voltadas a esse fim foram os investimentos na industrialização do país e a tentativa de adequação da educação escolar às exigências do mercado de trabalho em crescimento. A primeira iniciativa, que ficou conhecida como projeto nacional-desenvolvimentista, procurava superar a condição de mero fornecedor de matéria-prima dos países latino-americanos, a partir da cooperação internacional voltada a um amplo investimento na industrialização desses países, sob a liderança do Estado como ente planejador e regulador das políticas econômicas. Isso, conforme o pensamento desenvolvimentista elaborado no interior de um órgão regional da ONU, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), resultaria na consolidação do capitalismo e em melhores condições materiais de vida para a população (CHAVES, 2002).

Aliado ao desenvolvimento econômico, por sua vez, estaria o investimento em um modelo de educação escolar pautado na formação de mão de obra qualificada para atender as novas exigências do mercado de trabalho em expansão¹³. Assim, conforme Chaves (2006, p. 718):

[...] o Inep, por intermédio de Anísio Teixeira, ao vincular os objetivos da escola aos interesses do desenvolvimento econômico, revela sua sintonia com o pensamento desenvolvimentista formulado no Iseb e reforça a hipótese de que este, de algum modo, podia ser considerado como um espaço de irradiação de algumas ideias que influenciaram a produção de uma política educacional de base pragmatista.

Desse modo, juntos, educação e desenvolvimento econômico industrial forneceriam as bases para o afastamento do perigo de revoluções populares e, portanto, do comunismo. Cunha (2002) observa que é explícita a meta de combate ao suposto perigo comunista, sob a alegação de defesa e conservação da democracia, no que se refere ao auxílio econômico dos países ricos para a industrialização dos Estados em desenvolvimento. Já no que tange aos auxílios para a educação, destaca o autor (2002, p. 138):

¹³ Ver a respeito o discurso de posse de Anísio Teixeira como diretor do Inep: (TEIXEIRA, 1952).

[...] cabe destacar, diante das observações que fizemos a respeito da influência da Unesco, que, segundo nos parece, o auxílio fornecido ao setor da educação também visaria atingir a meta de conservação da democracia – nos termos aqui utilizados.

Pensamos que o referido autor tem razão, uma vez que, apresentando o documento “Conferências Interamericanas de Educação: recomendações (1943-1963)”, o então diretor do Inep, Carlos Pasquale (1965b, p. VII, grifo nosso), assim se pronuncia:

A Conferência de Punta del Este representa, para a educação e para muitos outros problemas, o início de uma nova era, em que a abundante retórica que envolve declarações anteriores é substituída pela manifesta vontade de efetivar e cumprir o convencionado . [...] Em Punta del Este nasce a Aliança Para o Progresso com características muito promissoras e redige-se a Carta em que se formulam proposições bastante claras e objetivos bem definidos em relação aos vários itens do temário. [...] Em Punta del Este chega-se conscientemente à conclusão de que *os altos e nobres propósitos da Conferência — preservação da liberdade e consolidação da democracia na América Latina — serão atingidos através do desenvolvimento econômico e social e que, para forjar esse progresso, a educação é instrumento de fundamental importância.*

No entanto, a influência de organismos internacionais, em especial daqueles ligados à ONU, na política do livro didático, não se limita à gestão de Anísio Teixeira à frente do Inep. Como destaca Filgueiras (2011, p. 150): as “recomendações da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública, tornar-se-iam fundamentais para as políticas do livro didático durante a Ditadura Militar”.

Na referida conferência, foi aprovada a Recomendação n. 48, a qual versava sobre a “Elaboração, a Escolha e a Utilização dos Manuais de Ensino Primário” (INEP, 1965, p. 152-158). Entre as preocupações da Unesco e do Bureau Internacional de Educação expostas no documento, destacam-se a necessidade de ampliação da gratuidade dos manuais escolares, especialmente, para as crianças carentes, a redução do preço para as famílias que precisassem comprar os livros e a qualidade técnica e didática do produto. Neste último quesito, o documento incentivava, inclusive, a cooperação e a assistência entre os Ministérios da Educação dos diferentes países e os órgãos intergovernamentais nas diversas etapas de produção do material didático.

Assim, seguindo as recomendações da Unesco, a Ditadura Militar focou a política do livro didático na distribuição gratuita dos manuais para as crianças carentes e no estreitamento de parcerias entre o Estado e o mercado editorial como forma de baratear o preço das obras didáticas, sendo a política de coedição das obras

o principal marco desse período. Por meio dessa política, o Estado brasileiro financiava a produção editorial de livros didáticos, previamente submetidos à sua avaliação pelas editoras, e se comprometia em comprar, no mínimo, um quinto da publicação.

No que tange à cooperação e influência internacional, o acordo entre o MEC, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) é bastante ilustrativo não apenas de como as recomendações da Unesco ecoavam no interior da política educacional brasileira, mas também do lugar do Brasil na Guerra Fria, tendo em vista que a parceria se dava entre o MEC e um órgão de governo dos Estados Unidos da América. Por meio desse acordo, o MEC entraria com o investimento financeiro e o SNEL e a USAID com a assessoria e assistência técnica ao Ministério e às editoras na publicação das obras didáticas a serem distribuídos gratuitamente para as escolas.

2 A ideologia do Estado mínimo e a naturalização da ordem social vigente

Se até a recriação do PNLD, em 1985, a Unesco protagonizou a influência internacional na política pública do livro didático no Brasil, a partir desse período seu reinado teve de ser compartilhado com outra agência especializada do Sistema ONU: o Banco Mundial. Apesar de nas primeiras décadas de sua existência a educação, assim como a saúde, não constar na lista das áreas aptas a receberem os empréstimos do referido organismo, justamente por tratar-se de um banco, a partir do final dos anos 1960, o cenário ligeiramente se inverte. Como observa Leher (1999, p. 26):

[...] esta situação começou a mudar na gestão de Woods (1963-1968) e, mais acentuadamente, na presidência de McNamara, quando a ênfase no problema da pobreza fez a educação sobressair entre as prioridades do Banco. Na década de 1970, esta instituição considerava o financiamento às escolas primárias e secundárias de formação geral um contrassenso, defendendo o ensino técnico e profissional, modalidades tidas como mais adequadas às necessidades (presumidas) dos países em desenvolvimento. Na virada neoliberal da década de 1980, a orientação educacional do Banco sofreu uma inflexão em direção ao ensino elementar. A orientação anterior foi então duramente atacada como voluntarista e dispendiosa. Na década de

1990, a inflexão neoliberal não apenas permanece válida como é radicalizada.

No caso da política pública nacional do livro didático no Brasil, embora somente na década de 1990 o Banco Mundial faça investimentos financeiros diretos no setor, sua presença se deu desde a reconfiguração do PNLD, uma vez que, em seu primeiro ano de funcionamento (em 1986), o Programa distribuiu 43% dos manuais escolares para a região Nordeste, lócus de projetos educacionais financiados pelo Banco. Assim, como observa Cassiano (2007, p. 25):

[...] ao que tudo indica, além dos objetivos assistencialistas, o PNLD, na sua implementação, também já sinalizava o atendimento às recomendações técnicas do Banco Mundial, dada a ênfase do atendimento ao Nordeste, por meio de projeto financiado pelo Banco.

Nos anos seguintes, o papel dos organismos internacionais na educação brasileira e, conseqüentemente, na política pública nacional do livro didático só viria a crescer. Signatário da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”¹⁴, o Brasil procurou adequar-se às suas exigências, sendo uma das iniciativas a esse respeito¹⁵ a imediata elaboração do “Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)”. Nesse documento, em perfeita sintonia com a ideologia neoliberal de adequação da escola às exigências do mercado de trabalho e da simples reprodução da ordem social vigente¹⁶, o livro didático aparece como um dos pontos críticos da Educação Básica nacional, que merece atenção em sua forma (aspectos físicos), conteúdo “(fundamentação psicopedagógica, atualidade da informação em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, *elementos ideológicos implícitos e explícitos*)” e método “(capacidade de ajustamento a diferentes estratégias de ensino adotadas pelos professores)” (BRASIL, 1993, p. 25, grifo nosso).

¹⁴ Documento oriundo da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, entre os dias 5 a 9 de março 1990, e organizada pelos seguintes organismos internacionais: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial.

¹⁵ Dizemos isso porque toda a política educacional seguinte será afinada às diretrizes neoliberais da Declaração de Jomtien, inclusive a nova LDB, aprovada em dezembro de 1996.

¹⁶ Embora faça parte da função social da escola, como instituição especializada na transmissão do patrimônio cultural historicamente acumulado, a lida dialética com a conservação e a produção do novo necessário à continuidade/reprodução do ser social, no âmbito do neoliberalismo essa função é convocada a ser predominantemente conservadora do *status quo*.

Chama-nos a atenção o fato de que entre os pontos relacionados à qualidade do conteúdo do livro didático estão os “elementos ideológicos implícitos e explícitos”. Embora vago e aberto a diversas possibilidades interpretativas no contexto imediato do enunciado, se tomarmos essa exigência no conjunto do documento e, principalmente, das condições de produção do referido discurso, teremos uma pista interessante para a sua compreensão. Ao destacar que “a despeito da notável expansão quantitativa do sistema educacional, faz-se necessário adaptá-lo às exigências de um estilo de desenvolvimento economicamente eficiente e socialmente democrático, justo e equitativo” (BRASIL, 1993, p. 22), parece-nos que os “elementos ideológicos implícitos e explícitos” passíveis de desqualificar o material didático são aqueles que não estão afinados com a defesa, implícita ou explícita, do capitalismo como o sistema social portador dessas características: “economicamente eficiente e socialmente democrático, justo e equitativo”.

É importante destacar que esse discurso se dá no contexto do triunfo do neoliberalismo como ideologia e política econômica no Brasil e na correspondente tentativa de naturalização da ordem social vigente como o único projeto de sociedade historicamente viável, mesmo que defeituoso e carente de aperfeiçoamento. Isto é, com o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do Muro de Berlim, os ideólogos do fim da história naturalizam as relações sociais, atribuindo ao capitalismo a condição de sistema-espelho de uma suposta natureza humana movida pela competitividade, cujo estímulo é a desigualdade social e a possibilidade, mesmo que apenas abstrata, de tornar-se senhor dos outros.

Nesse cenário, as políticas educacionais que, no início da segunda metade do século XX, eram pensadas em estreita relação com um projeto nacional-desenvolvimentista, no qual o Estado assumiria a função de principal agente regulador, planejador e condutor de políticas econômicas, agora se alinham ao receituário do Consenso de Washington, estruturado na desresponsabilização social do Estado e na suposta autorregulação do mercado.

Assim, se nas décadas de 1950 a 1970, no auge da Guerra Fria, o olhar estrangeiro para a América Latina era guiado pelo financiamento de políticas sociais que interditassem qualquer influência da União Soviética, a partir da década de 1980, com o enfraquecimento da ofensiva socialista, o interesse dos Estados

Unidos da América, através dos organismos internacionais do Sistema ONU alinhados a esse país, voltou-se completamente para a implementação das políticas neoliberais.

Nesse período, a América Latina passava por uma crise avassaladora, marcada pelo endividamento externo, pela estagnação econômica e por altíssimas taxas de inflação (BRESSER-PEREIRA, 1991; BATISTA, 1994). É como explicação ao porquê de tamanha crise e apresentação de supostas soluções a ela que, conforme os autores, surge a abordagem que ficou conhecida como Consenso de Washington. Segundo Batista (1994, p. 6):

O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norte-americano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial.

A novidade do Consenso de Washington, observa o autor, não está nas proposições, muitas das quais já faziam parte das recomendações frequentes de diferentes organismos internacionais, e sim, no consenso em torno do agrupamento delas.

Esse conjunto de elementos “digno” de consenso foi resultado de uma reunião ocorrida em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos da América, da qual participaram, além de economistas da América Latina,

Funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos (BATISTA, 1994, p. 5).

Para os burocratas de Washington, as causas da crise econômica na América Latina, no interior da qual se situava o Brasil, estavam alicerçadas no modelo de Estado (planejador, regulamentador e provedor de políticas socioeconômicas), sem qualquer relação com a crise estrutural do capital da década de 1970 (alta no preço do barril de petróleo, elevação da taxa de juros e o conseqüente endividamento dos países latino-americanos).

Partindo desse falso diagnóstico, as dez¹⁷ medidas prescritas no Consenso de Washington concentram-se, conforme Bresser-Pereira (1991) e Batista (1994), em

¹⁷ As reformas eram as seguintes: 1) erradicação do chamado déficit público (ajuste fiscal); 2) redirecionamento das prioridades do gasto público; 3) regressividade tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial competitivo; 6) liberalização comercial; 7) eliminação das restrições ao capital estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulamentação da economia e 10) protecionismo ao

dois blocos: a redução do Estado à condição de agente garantidor da lei e da ordem (Estado mínimo) e a absolutização do mercado como entidade autorregulável.

É, pois, sob essas bases que organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco, patrocinam eventos educacionais mundiais, como a Conferência de Jomtien, e compartilham a influência externa nas políticas em educação do Estado brasileiro a partir da década de 1990, entre elas, a política do livro didático.

No caso do Banco Mundial, seu papel é tão acentuado que Leher (1999, p. 19), ao tratar sobre a influência dele na América Latina e na África Subsaariana, denomina-o, ironicamente, de “o ministério mundial da educação dos países periféricos”.

No Brasil, embora a atuação dos organismos internacionais se dê antes e depois da década de 1990, foi nesse período que eles consolidaram a sua influência e notabilidade, de tal modo que uma ex-secretária executiva do MEC chegou a afirmar, conforme Machado (2000, p. 42 apud CASSIANO, 2007, p. 38), que “1990 foi a década da educação e dos organismos internacionais”.

Como mostram estudos como os de Leher (1999) e Altmann (2000), de fato essas instituições tiveram papel decisivo nas políticas educacionais da década de 1990, a exemplo da reformulação curricular, das iniciativas de desresponsabilização da União para com o financiamento e a gestão da Educação Básica, do redesenho do PNLD e da criação de mecanismos de quantificação da aprendizagem via avaliação em larga escala. Nesse período, como observa Cassiano (2007), o MEC incorporou não apenas as prescrições do Banco Mundial, mas também alguns de seus assessores brasileiros, a exemplo do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com vasta experiência nos trâmites de Washington desde a década de 1970, e da representante do governo na Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), Guiomar Namó de Mello, que na primeira metade da década de 1990 tinha atuado como especialista sênior de educação no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

direito de propriedade intelectual. Ver a respeito: Bresser-Pereira (1991, p. 6) e Batista (1994, p.18-25).

No entanto, a influência neoliberal nas políticas educacionais do Estado brasileiro não cessou com o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Pelo contrário, ao comparar as políticas em educação dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), Davies (2016, p. 41) observa que:

[...] apesar de o PT e seus aliados terem enfatizado muito o caráter neoliberal das gestões do PSDB e que o governo do PT seria diferente, as suas políticas educacionais (e também outras) foram semelhantes às do PSDB em muitos aspectos. Neste sentido, representaram e representam uma continuidade (e às vezes aprofundamento), se bem que com algumas diferenças, ou descontinuidades.

Para ficarmos no campo das questões apontadas anteriormente, basta lembrarmos que se a Unesco teve papel de destaque na concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, não foi menor a sua influência na política curricular dos governos seguintes, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como aponta Bittencourt (2017). Analisando as disputas em torno da elaboração do referido documento, destaca a autora:

Concluimos, portanto, que, na arena da política curricular, venceram os agentes [...] que têm ditado os propósitos para a educação mundial por meio de políticas públicas de ordenação e regulação, que visam à obtenção de resultados (BITTENCOURT, 2017, p. 566).

Os agentes a que a autora se refere são a Unesco e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Da primeira instituição, a BNCC teria sofrido influência explícita tanto do “Glossário de Terminologia Curricular”¹⁸ como também do documento “Educação para a Cidadania Global”, publicação na qual a Unesco condensa suas diretrizes acerca de uma educação mundial supostamente “[...] humanista, inclusiva, intercultural, baseada na sustentabilidade, na aprendizagem ao longo da vida, baseada em competências” (BITTENCOURT, 2017, p. 562). Já da OCDE, conforme a autora, a influência vem do documento “Competência global para um mundo inclusivo”¹⁹, no qual a Organização apresenta o que seriam as competências globais necessárias para que a

¹⁸ Publicação do Bureau Internacional de Educação (BIE) que, desde 1999, atua como um órgão especializado da Unesco voltado a questões como conteúdos educacionais, métodos e estratégias de ensino e desenvolvimento curricular.

¹⁹ Tradução livre nossa para o título original em inglês: “Global competency for an inclusive world”.

educação mundial possa formar pessoas adaptadas às exigências do mundo contemporâneo.

Com relação ao Banco Mundial, cuja presença nos anos 1990 foi marcante na gestação e implementação de políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e na correspondente desresponsabilização da União para com o financiamento e a gestão da Educação Básica, sua influência permanece intensa, uma vez que, nos governos seguintes, tais políticas não só foram mantidas, como também aprofundadas. Exemplos disso foram: a transformação do Fundef, em 2007, no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e as iniciativas de adequação dos sistemas de ensino aos padrões de eficiência e gestão de resultados.

É ilustrativo dessa continuidade o elogio feito pelo Banco Mundial ao governo do PT pela iniciativa de não só manter os mecanismos de avaliação externa criados no governo anterior, como também de reformulá-los e aprofundá-los, a exemplo da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Como observam Mota e Maués (2014), ao analisarem o documento “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos”²⁰, em que o Banco faz um balanço dos resultados das políticas educacionais implementadas no Brasil entre 1990 e 2010: “[...] continuando nos elogios a respeito do assunto, o BM nos informa que a Prova Brasil/Provinha Brasil e o IDEB se constituem em uma prática avaliativa ‘superior à prática atual dos EUA e outros países da OCDE’”.

Mais recentemente, já no governo ilegítimo de Michel Temer, o Banco Mundial não apenas elogiou a reforma do Ensino Médio, como também garantiu financiamento de 250 milhões de dólares para a sua implementação. Na avaliação do diretor do Banco Mundial para o Brasil, o senhor Martin Raiser, trata-se de uma “reforma educacional histórica” que o Organismo tem orgulho de apoiá-la, uma vez que “ajudará a reduzir as desigualdades existentes nos resultados educacionais e a construir o capital humano necessário para o crescimento inclusivo” (RAISER, 2017 apud THE WORLD BANK, 2017, online).

²⁰ O título da publicação original em inglês é: “Achieving world class education in Brazil: the next agenda”.

Quanto ao livro didático, Cassiano (2007) observa que a influência estrangeira na referida política não se restringe aos conhecidos organismos internacionais. Merece destaque, também, no início do século XXI, o papel das multinacionais do ramo de didáticos, seja na aquisição de importantes editoras nacionais, outrora de caráter familiar, seja na realização de grandes eventos voltados ao professorado, a exemplo dos Congressos Internacionais de Educação promovidos pela editora Moderna, comprada em 2001 pelo grupo espanhol Prisa, maior conglomerado de comunicação da Espanha, que tem como braço editorial a Editora Santillana.

Como se vê, as políticas educacionais do Estado brasileiro, no interior das quais se situa a política nacional do livro didático, não podem ser pensadas de forma isolada, seja no que diz respeito às condições sócio-históricas nas quais se inserem, seja no que diz respeito ao peso da influência internacional em sua concepção e seu desenvolvimento. Conforme demonstramos ao longo deste artigo, se no início da segunda metade do século XX tais políticas eram pensadas em estreita relação com um projeto nacional-desenvolvimentista, no qual o Estado assumiria a função de principal agente regulador, planejador e condutor de políticas econômicas, a partir dos anos 1990 elas são alinhadas à ideologia neoliberal do Estado mínimo e da formação imediata de mão de obra barata para o precário mercado de trabalho. Como observa Batista (1994, p. 7):

[...] o colapso do comunismo na Europa central e a desintegração da União Soviética, somados à adesão do socialismo espanhol e francês ao discurso neoliberal, facilitaria a disseminação das propostas do Consenso de Washington e a campanha de desmoralização do modelo de desenvolvimento, inspirado pela Cepal, que se havia montado na América Latina sobre a base de capitais privados nacionais e estrangeiros e de uma participação ativa do Estado, como regulador e até empresário.

Assim, se nas décadas de 1950 a 1970 a ofensiva socialista era combatida com políticas sociais desenvolvimentistas, nas décadas seguintes o suposto perigo comunista é interdito a partir do discurso neoliberal, que tenta naturalizar o capitalismo, vendendo-o como um sistema social eterno e compatível com uma suposta natureza humana movida pelo egoísmo e pela competição. É, pois, sob essas bases que se redesenha e se amplia a política pública nacional do livro didático no Brasil.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, procuramos mostrar que a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras, em especial na política nacional do livro didático, precede e transcende a década de 1990.

No caso dos anos 1950, essa perspectiva ideológica se materializava na denúncia oficial de um suposto perigo comunista, o qual seria combatido, além da esfera discursiva de legitimação da ordem social vigente, através de investimentos estatais na industrialização do país, como estratégia de consolidação do capitalismo e melhoria das condições materiais de vida e na adequação da formação escolar às exigências do mercado de trabalho em crescimento. Juntos – e sob a liderança do Estado provedor –, educação e desenvolvimento econômico industrial forneceriam as bases para se evitar insurreições que poderiam desaguar no comunismo.

Já a partir dos anos 1980, com o fim da União Soviética e o triunfo do neoliberalismo, a influência dos organismos internacionais na educação brasileira se concentra na ideologia do Estado mínimo e na adequação da escola às exigências mercadológicas de reprodução da ordem do capital.

Em ambos os cenários, a política do livro didático aparece como um instrumento estratégico a ser aperfeiçoado para estar afinado com a defesa, implícita ou explícita, do capitalismo, como um sistema social eficiente, democrático e justo. No primeiro momento, isso se dá de forma mais direta, através de iniciativas como as recomendações da Unesco para a adequação de livros como História e Geografia à situação geopolítica da Guerra Fria e o papel da referida entidade na criação e no funcionamento do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), bem como no acordo MEC/USAID/SNEL para a publicação e distribuição gratuita de obras didáticas. No segundo momento, essa interferência se dá em ações como o financiamento do Banco Mundial ao setor de livros didáticos e, de maneira mais indireta, através do protagonismo da Unesco na política curricular brasileira, materializada em documentos que impactam diretamente nos livros didáticos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No centro de tudo isso, conforme indicamos ao longo do presente estudo, está um movimento de interdição ideológica do comunismo, seja quando ele é explicitamente referido como o inimigo a ser combatido, seja quando ele é silenciado como possível e legítimo projeto societário. Como consequência, temos a naturalização da ordem social vigente como a única alternativa viável, mesmo que defeituosa e carente de aperfeiçoamento.

Bibliografia

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. [1994] Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BITTENCOURT, Jane. A Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13, 2017, Curitiba. *Anais...*, Curitiba: PUC-PR, CIERS-ed, FCC, 2017, p. 553-569.

BRASIL. Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 mar. 1985. Seção 1, p. 4703.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos dos Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 05 jan. 1939. Seção 1, p. 277.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos dos Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 28 dez. 1945. Seção 1, p. 19208.

BRASIL. Decreto-Lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos dos Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 27 dez. 1937. Seção 1, p. 25586.

BRASIL. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília: MEC, 1993

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, v. 21, n. 1, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 705-725, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CUNHA, Marcus Vinícius. A educação no período Kubitschek: os centros de pesquisas do Inep. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/download/1057/796/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

DAVIES, Nicholas. A política educacional nos governos do PT: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB? *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 67, p. 39-52, mar. 2016.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis – SP, 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)*. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 6. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000 (Tradução de Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646087>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. *Conferências Internacionais de Instrução Pública: recomendações (1934-1963)*. Brasília: INEP, 1965.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Biobibliografia de Anísio Teixeira. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 207-242, jan./dez. 2001.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-bancomundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAÇAIRA, Julia Polessa. O ensino de Sociologia e o Livro Didático. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs.). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.

MOTA JR., William Pessoa; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *La reforma de los manuales escolares y del material de enseñanza*. Cómo ponerlos al servicio de la comprensión internacional. Paris: Imprenta Lahure, 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien)*. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *O Sistema das Nações Unidas*. Departamento de Informações Públicas – DPI, abr. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organismos/orgnograma/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

PANIAGO, Maria Lúcia. *“Livro” didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

PASQUALE, Carlos. Apresentação. In: INEP. *Conferências Interamericanas de Educação: recomendações (1943-1963)*. Brasília: INEP, 1965b.

PASQUALE, Carlos. Apresentação. In: INEP. *Conferências Internacionais de Instrução Pública: recomendações (1934-1963)*. Brasília: INEP, 1965a.

TEIXEIRA, Anísio. Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *R. bras. Est. pedag.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

THE WORLD BANK. *Comunicado à imprensa nº 2018/090/LAC*. Programa para Resultados no Brasil vai apoiar a implementação da Reforma do Ensino Médio, beneficiando cerca de 2,4 milhões de estudantes. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/12/14/brazil-program-for-results-supports-upper-secondary-education-reform>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Recebido em: 20 jul. 2020

Aceito em: 16 set. 2020.

COMO REFERENCIAR

MELO, Valci. Os organismos internacionais e o livro didático no Brasil: anticomunismo e naturalização da ordem social vigente. *Latitude*, Maceió, v.13, n. 2, p.164-184, 2019.